



Editoração Casa Civil  
**CEARÁ**  
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 16 de dezembro de 2022 | SÉRIE 3 | ANO XIV Nº250 | Caderno 1/4 | Preço: R\$ 20,74

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº35.051, de 15 de dezembro de 2022.

**ALTERA A METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO ÍNDICE MUNICIPAL DE QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE - IQM CONSTANTE NO DECRETO Nº29.306, DE 5 DE JUNHO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 88 incisos IV e XIX, da Constituição do Estado do Ceará, e CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar a metodologia para cálculo da participação que caberá a cada município em função do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente, IQM; DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a metodologia para cálculo da participação que caberá a cada município do Estado em função do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente – IQM, conforme Seção III, do Capítulo III, do Decreto nº 29.306, de 5 de junho de 2008, passando a considerar-se o constante nos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Os municípios consorciados deverão implantar as instalações físicas das Centrais Municipais de Resíduos - CMR em um período máximo de 05 (cinco) anos a contar do ano subsequente ao início do recebimento do percentual de ICMS relativo ao IQM.

§1º A implantação das instalações físicas das Centrais Municipais de Resíduos - CMRO pelos municípios consorciados ocorrerá em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria do Meio Ambiente, observando-se os cronogramas, prazos, pontuações e documentações comprobatórias constantes no Anexo II.

§2º Em decorrência da pandemia no ano de 2020, excepcionam-se da regra constante no caput os municípios que iniciaram o recebimento do recurso no ano de 2019, iniciando-se a contagem do prazo de 05 (cinco) anos a partir de 2021.

Art. 3º Os valores recebidos pelos municípios consorciados e não consorciados, referentes ao Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente - IQM, serão repassados a conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente, devendo ser utilizados, exclusivamente, para a implantação e implementação da Política de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. Os valores a serem repassados pelos municípios aos consórcios públicos de manejo de resíduos sólidos, para implementação da política de resíduos sólidos, não poderão ser inferiores ao percentual da cota parte percebida do ICMS/IQM.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial os arts. 16, 17, 18, 18-A, parágrafo único do art.19 e art. 21 do Decreto nº 29.306 de 2008, os Decretos Estaduais nº 29.881, de 2009, nº 32.011, de 2016, nº 32.483, de 2017 e nº 32.926, de 2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 15 de dezembro de 2022.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho  
GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I - MUNICÍPIOS NÃO CONSORCIADOS

1. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: (0,1)

1.1. CRONOGRAMA

1. Lei municipal de resíduos sólidos;
2. Decreto regulamentador;
3. Plano municipal e/ou regionalizado de gestão de resíduos sólidos com as respectivas metas, identificando as já implementadas;
4. Órgão responsável pela gestão dos resíduos (lei de criação do órgão);
5. Mecanismo de cobrança para a Gestão dos resíduos sólidos;
6. Fundo Municipal de Meio Ambiente.

1.2. Pontuação:

- atendimento 100% dos itens acima (pontuação máxima);
- atendimento 50% até 99% dos itens acima (pontuação metade);
- atendimento < 50% (zera).

1.3. Documentação comprobatória:

- I. Cópia da lei publicada;
- II. Cópia do decreto publicado;
- III. Cópia do plano com metas;
- IV. Lei de criação do órgão;
- V. Instrumento normativo jurídico – se houver;
- VI. Lei de criação do fundo municipal e a declaração referente ao valor repassado do ICMS socioambiental para a conta do fundo municipal do meio ambiente, devidamente assinada pelo contador e/ou gestor municipal, do ano anterior à avaliação do IQM.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: (0,2)

2.1. CRONOGRAMA

Plano de Educação Ambiental Municipal com as respectivas metas, identificando as já implementadas, contendo no mínimo as ações de capacitação e educação ambiental continuada junto à sociedade, aos servidores públicos das áreas ambiental, infraestrutura, saúde e educação com foco na gestão de resíduos sólidos e minimização da geração de resíduos.

2.2. Pontuação:

- entre 61% e 100% de metas implementadas (pontuação máxima);
- entre 31% e 60% de metas implementadas (pontuação metade);
- entre 10% e 30% de metas implementadas – pontuação ¼ (25%);
- menor que 10% (zera).

2.3. Documentação comprobatória:

- I. Relatório técnico de cumprimento das metas, assinado pelo secretário da pasta responsável pela atividade, contendo no mínimo:
- II. lista de presença;
- III. registro fotográfico;
- IV. identificação de parceiros;
- V. demonstração de custos, quando houver.

3. COLETA SISTEMÁTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: (0,1)

Obs: A pontuação do item 3 é o somatório dos itens 1.2 + 2.2.

3.1. Pontuação:

3.1.1. COLETA SISTEMÁTICA NA SEDE DO MUNICÍPIO

- cobertura 100% (pontuação máxima);



Governadora

**MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**

Vice-Governador

Casa Civil

**FRANCISCO DAS CHAGAS CIPRIANO VIEIRA**

Procuradoria Geral do Estado

**ANTONIA CAMILY GOMES CRUZ**

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

**ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO**

Secretaria de Administração Penitenciária

**LUÍS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO**

Secretaria das Cidades

**MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA**

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

**CARLOS DÉCIMO DE SOUZA**

Secretaria da Cultura

**FABIANO DOS SANTOS**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

**ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO**

Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho

**FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR**

Secretaria da Educação

**ELIANA NUNES ESTRELA**

Secretaria do Esporte e Juventude

**ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO**

Secretaria da Fazenda

**FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO  
CARNEIRO PACOBAHYBA**

Secretaria da Infraestrutura

**LUCIO FERREIRA GOMES**

Secretaria do Meio Ambiente

**ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO**

Secretaria do Planejamento e Gestão

**RONALDO LIMA MOREIRA BORGES**

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania,  
Mulheres e Direitos Humanos

**ONÉLIA MARIA MOREIRA LEITE DE SANTANA**

Secretaria dos Recursos Hídricos

**FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA**

Secretaria da Saúde

**CARLOS HILTON ALBUQUERQUE SOARES**

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

**SANDRO LUCIANO CARON DE MORAES**

Secretaria do Turismo

**ARIALDO DE MELLO PINHO**

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos  
de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

**RODRIGO BONA CARNEIRO**

- cobertura < 100% (zero).

### 3.1.2. COLETA SISTEMÁTICA NOS DISTRITOS

- atendimento de 100% do número de distritos (pontuação máxima);
- atendimento de no mínimo 50% do número de distritos (pontuação metade);
- entre 10% e 49% do número de distritos - pontuação ¼ (25%);
- menor que 10% do número de distritos (zero).

### 3.2. Documentação comprobatória:

#### 3.2.1. Se terceirizado:

- I. calendário de coleta sistemática sede e distritos;
- II. contrato e/ou aditivo com vigência até 30 de junho do ano em análise;
- III. declaração da área de abrangência da coleta assinada pelo secretário da pasta.

#### 3.2.2. Não terceirizado:

- I. calendário de coleta sistemática sede e distritos;
- II. registro fotográfico dos caminhões de coleta se a frota for da prefeitura;
- III. contrato de locação dos caminhões em caso da frota não ser da prefeitura; último registro de pagamento dos garis de coleta;
- IV. declaração da área de abrangência da coleta assinada pelo secretário da pasta.

### 4. COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: (0,3)

Obs<sup>1</sup>: Informar as toneladas/mês coletadas.

Obs<sup>2</sup>: A pontuação do item 4.1., refere-se ao subitem 4.1.1.1. ou 4.1.2.1.

### 4.1. COLETA SELETIVA PÚBLICA DE RESÍDUOS SECOS IMPLEMENTADA NA SEDE DO MUNICÍPIO (0,1):

#### 4.1.1. PORTA A PORTA

##### 4.1.1.1. Pontuação:

- atendimento de 100% dos bairros da sede (pontuação máxima);
- atendimento entre 30% e 100% dos bairros da sede (2/3 máxima);
- atendimento de 1% e 29% dos bairros da sede (1/3 pontuação);
- sem atendimento 0% (zero).

##### 4.1.1.2. Documentação comprobatória:

- registro fotográfico do veículo utilizado na coleta;
- calendário de coleta identificando os bairros atendidos;
- contrato do veículo para coleta seletiva, quando houver.

#### 4.1.2. PEV / ECOPONTO

##### 4.1.2.1. Pontuação:

- atendimento de 100% dos bairros da sede (pontuação máxima);
- atendimento entre 30% e 100% dos bairros da sede (2/3 máxima);
- atendimento de 1% e 29% dos bairros da sede (1/3 pontuação);
- sem atendimento 0% (zero).

##### 4.1.2.2. Documentação comprobatória:

- I. identificação georreferenciada;
- II. registro fotográfico dos PEVs / ECOPONTO;
- III. declaração do número de bairros atendidos por cada PEVs / ECOPONTO assinada pelo secretário da pasta.

### 4.2. RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE – RSS (0,1):

#### 4.2.1. CRONOGRAMA



Relatório de acompanhamento e destinação assinado pelo secretário da pasta, contendo no mínimo:

- nº de unidades de saúde públicas e privadas existentes no município;
- geração de RSS (tonelada/mês);
- tipo de veículo utilizado para o transporte do RSS;
- A destinação final ambientalmente adequada do RSS (tonelada/mês).

4.2.1.1. Pontuação:

- destinação correta dos RSS gerados igual 100% (pontuação máxima);
- destinação correta dos RSS gerados diferente de 100% (zero).

4.2.1.1.1. Documentação comprobatória:

I. declaração do quantitativo de RSS em toneladas/mês, recebidas pela entidade responsável pela disposição final.

4.3. RESÍDUOS ORGÂNICOS (0,1):

Obs<sup>3</sup>: Se houver plano municipal, seguir a gravimetria deste. Caso não exista, observar o plano regional/estadual/coletas seletivas múltiplas.

4.3.1. CRONOGRAMA

Relatório de coleta/destinação, assinado pelo secretário da pasta, contendo no mínimo a quantidade gerada; o tipo de transporte e a destinação.

4.3.1.1. Pontuação:

- destinação correta dos orgânicos gerados/compostagem maior ou igual a 50% menor ou igual 100% (pontuação máxima);
- destinação correta dos orgânicos gerados/compostagem maior ou igual 20% e menor 50% (pontuação metade);
- destinação correta dos orgânicos gerados/compostagem menor que 20% (pontuação zero).

4.3.1.1.1. Documentação comprobatória:

I. declaração assinada pelo responsável da pasta com relação ao percentual de resíduo orgânico destinado corretamente (compostagem).

5. DISPOSIÇÃO FINAL: (0,1)

5.1. CRONOGRAMA

I. Cumprimento dos prazos estabelecidos pelos incisos I, II, III e IV, do art. 54 da Lei Estadual nº 14.026/2020.

5.2. Pontuação:

- Possui disposição final ambientalmente adequada de rejeitos
- Incisos I, II, III e IV (pontuação máxima).
- Não possui disposição final ambientalmente adequada de rejeitos
- Incisos I e II - (zero);
- Incisos III e IV - não possui plano municipal de gestão integrada de resíduos e mecanismo de cobranças (zero);
- Inciso III e IV - possui plano municipal de gestão integrada de resíduos e mecanismo de cobranças (pontuação máxima).

5.3. Documentação comprobatória:

I. Municípios com disposição final ambientalmente adequada:

- Licença de operação vigente até 30/06 do ano corrente;
- Comprovante de disposição final no aterro licenciado indicado acima.

II. Municípios sem disposição final ambientalmente adequada:

- Se integrantes dos incisos III e IV deverão apresentar Plano e Mecanismo de Cobrança.

6. LIXÃO(S) ENCERRADO(S)/ REMEDIADOS: (0,1)

6.1. Pontuação:

- lixão encerrado com prad executado (pontuação máxima);
- lixão em processo de transição/remediação (1/3 da pontuação máxima);
- nenhuma das situações acima (zero).

6.2. Documentação comprobatória

I. Relatório de encerramento e/ou remediação do lixão, assinado pelo secretário da pasta, contendo no mínimo a localização com coordenadas geográficas (SIRGAS 2000, projeção cartográfica UTM / ZONA 24 S, formato: métrico), as medidas de remediação adotadas e registro fotográfico.

7. INTEGRAÇÃO DOS CATADORES: (0,1)

7.1. CRONOGRAMA:

- existência de catadores associados/organizados;
- catadores beneficiados no Programa Auxílio Catador – PAC;
- participação dos catadores na coleta seletiva;
- galpão de triagem (público ou privado) de materiais recicláveis.

7.2. Pontuação:

- atendimento 100% dos itens acima (pontuação máxima);
- atendimento 50% dos itens acima (metade da pontuação);
- atendimento < 50% (zero).

7.3. Documentação comprobatória:

- I. declaração da associação e/ ou cooperativas (informação de que o município tenha catadores associados e / ou cooperados);
- II. declaração emitida pela associação e / ou cooperativa informando que os catadores do município são beneficiados pelo PAC;
- III. documento comprobatório da vinculação dos catadores no exercício da atividade de coleta seletiva;
- IV. registro fotográfico com a localização com coordenadas geográficas.

8. DADOS COMPLEMENTARES

8.1 Resíduos construção civil - RCC

8.1.1. Relatório de geração/destinação contendo no mínimo:

- a) quantidade gerada no município;
- b) destinação.

8.2. Cadastro de identificação dos grandes geradores, considerando a legislação nacional, estadual e municipal, informando:

- a) CNPJ / QUANTIDADE DE EMPRESAS
- b) TIPO DE ATIVIDADE
- c) QUANTIDADE DE RESÍDUOS GERADOS
- d) DESTINAÇÃO / DISPOSIÇÃO FINAL

8.3. Identificação da quantidade de lixões:

- a) Georreferenciadas (SIRGAS 2000, projeção cartográfica UTM / ZONA 24 S, formato: métrico);
- b) Com registro fotográfico.

ANEXO II - MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

1. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: (0,1)

1.1. CRONOGRAMA:

1. Lei municipal de resíduos sólidos;
2. Decreto regulamentador;
3. Plano de Coletas Seletivas Múltiplas aprovado;
4. Órgão responsável pela gestão dos resíduos;
5. Mecanismo de cobrança para a Gestão dos resíduos sólidos;
6. Fundo Municipal de Meio Ambiente;
7. Participação do município no consórcio;
8. Contrato de rateio atualizado.

1.2. Pontuação:



- atendimento 100% dos itens acima (pontuação máxima);
- atendimento 50% até 99% dos itens acima (pontuação metade);
- atendimento < 50% (zera).

### 1.3. Documentação comprobatória:

1. cópia da lei publicada ou lei de ratificação do contrato do consórcio;
2. cópia do decreto publicado ou lei de ratificação do contrato do consórcio;
3. ata da assembleia que aprova o Plano;
4. lei de criação do órgão;
5. lei / decreto específico ou anexo contrato de consórcio;
6. lei de criação do fundo municipal:

- Declaração, devidamente assinada pelo contador e/ou gestor municipal do ano anterior a avaliação do IQM, de que o valor remanescente do pactuado no contrato de rateio, foi depositado na conta do fundo municipal de meio ambiente e está sendo utilizado na política de resíduos sólidos;
- Declaração referente ao valor repassado do ICMS socioambiental para a conta do fundo municipal do meio ambiente, devidamente assinada pelo contador e/ou gestor municipal, do ano anterior à avaliação do IQM. (Válida somente para os consórcios CGIRS - RMS e CGIRS - VJ);
- 7. Declaração assinada pelo presidente do consórcio, informando a permanência do município;
- 8. Comprovante da entrega do contrato de rateio atualizado.

## 2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL:(0,2)

### 2.1. CRONOGRAMA

Plano de Educação Ambiental Municipal com as respectivas metas, identificando as já implementadas, contendo no mínimo as ações de capacitação e educação ambiental continuada junto à sociedade, aos servidores públicos das áreas ambiental, infraestrutura, saúde e educação com foco na gestão de resíduos sólidos e minimização da geração de resíduos.

### 2.2 Pontuação:

- entre 61% e 100% de metas implementadas.(pontuação máxima);
- entre 31% e 60% de metas implementadas; (pontuação metade);
- entre 10% e 30% de metas implementadas – pontuação ¼ (25%);
- menor que 10% (zera).

### 2.3 Documentação comprobatória:

Relatório técnico de cumprimento das metas, assinado pelo secretário da pasta responsável pela atividade, contendo no mínimo:

- lista de presença;
- registro fotográfico;
- identificação de parceiros;
- demonstração de custos, quando houver.

## 3. COLETA SISTEMÁTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: (0,1)

Obs: A pontuação do item III é o somatório 1 + 2.

### 3.1 Pontuação:

#### 3.1.1. Coleta sistemática na sede do município:

- cobertura 100% (pontuação máxima);
- cobertura < 100% (zera).

#### 3.1.2. Coleta sistemática nos distritos:

- atendimento de 100% do número de distritos (pontuação máxima);
- atendimento de no mínimo 50% do número de distritos (pontuação metade);
- entre 10% e 49% do número de distritos - pontuação ¼ (25%);
- menor que 10% do número de distritos (zera).

### 3.2. Documentação comprobatória:

#### 3.3.1. Se terceirizado

- a) calendário de coleta sistemática sede e distritos;
- b) contrato e/ou aditivo com vigência até 30 de junho do ano em análise;
- c) declaração da área de abrangência da coleta assinada pelo secretário da pasta.

#### 3.3.2. Não terceirizado

- a) calendário de coleta sistemática sede e distritos;
- b) registro fotográfico dos caminhões de coleta se a frota for da prefeitura;
- c) contrato de locação dos caminhões em caso da frota não ser da prefeitura;
- d) último registro de pagamento dos garis de coleta;
- e) declaração da área de abrangência da coleta assinada pelo secretário da pasta.

## 4. COLETA SELETIVA MÚLTIPLA (0,4)

### 4.1. CRONOGRAMA

#### 1. Implantação da CMR;

ANO DO IQM DE ADESAO AO GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	SANOS DE EXECUÇÃO										TOTAL DO CUMPRIMENTO DA COLETA SELETIVA MÚLTIPLA	PARÂMETROS DE ANÁLISE 2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
	PARALELO	TERAPIA	TRABO	ORÇAMENTO	RECURSOS	APROPRIAÇÃO	OPERAÇÃO	MANUTENÇÃO	OPERACIONAL	TRIBUTÁRIO									
2018	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	5	50	MAIOR IGUAL 50%	5	7	10			
2019	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	5	50	MAIOR IGUAL 50%	5	7	10			
2020	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20	MAIOR IGUAL 20%	2	5	7	10		
2021	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10	MAIOR IGUAL 10%	1	3	5	7	10	
2022	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	MAIOR IGUAL 0%	0	2	3	5	7	10

## 5. INTEGRAÇÃO DOS CATADORES (0,2)

### 5.1. CRONOGRAMA

1. Existência de catadores associados/organizados;
2. Catadores beneficiados no Programa Auxílio Catador – PAC;
3. Participação dos catadores na coleta seletiva.

### 5.2. Pontuação:

- atendimento 100% dos itens acima (pontuação máxima);
- atendimento 50% dos itens acima (metade da pontuação);
- atendimento < 50% (zera).

### 5.3. Documentação comprobatória:

1. declaração da associação e/ou cooperativas (informação de que o município tenha catadores associados e / ou cooperados);
2. declaração emitida pela associação e / ou cooperativa informando que os catadores do município são beneficiados pelo PAC;
3. documento comprobatório da vinculação dos catadores no exercício da atividade de coleta seletiva.

## 6. DADOS COMPLEMENTARES

### 6.1 Resíduos construção civil - RCC

#### 6.1.1. Relatório de geração/destinação contendo no mínimo:

- a) quantidade gerada no município;
- b) destinação.



6.2. Cadastro de identificação dos grandes geradores, considerando a legislação nacional, estadual e municipal, informando:

- a) CNPJ / QUANTIDADE DE EMPRESAS  
b) TIPO DE ATIVIDADE  
c) QUANTIDADE DE RESÍDUOS GERADOS  
d) DESTINAÇÃO / DISPOSIÇÃO FINAL

6.3. Identificação da quantidade de lixões:

- a) Georreferenciadas (SIRGAS 2000, projeção cartográfica UTM / ZONA 24 S, formato: métrico);  
b) Com registro fotográfico.

\*\*\* \*\*

**DECRETO Nº35.052**, de 16 de dezembro de 2022.

**DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DO DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº34.954, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 88, da Constituição Estadual, combinado com o inciso III do § 1º, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, do art. 7º da Lei Estadual nº 17.860, de 30 de dezembro de 2021 – LOA 2022 e da Lei Estadual nº 17.573, de 26 de julho de 2021 – LDO 2022. CONSIDERANDO a necessidade de ajustar o orçamento do Decreto Estadual nº 34.954, de 15 de setembro de 2022 (DOE nº 187 de 15 de setembro de 2022), tendo em vista o atendimento de solicitação da Polícia Militar do Estado do Ceará – PMCE estar com o cabeçalho em desacordo com os novos parâmetros do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará – SIAFE. O referido cabeçalho deveria constar como destino o órgão PMCE, para que o sistema de contabilidade fizesse os devidos registros. Sem tal cabeçalho, apesar do orçamento ter sido corretamente apontado, o órgão ficou impedido de realizar despesas em tais classificações orçamentárias mesmo a estrutura do orçamento estando correto. DECRETA:

Art. 1º – Os Anexos I, II e III do Decreto Estadual nº 34.954, de 15 de setembro de 2022 (DOE nº 187 de 15 de setembro de 2022), que tratam das suplementações e anulações do referido documento, passam a vigorar na forma do Anexo (A) deste decreto, permanecendo o valor total em R\$ 32.347.027,09 (TRINTA E DOIS MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E SETE MIL, VINTE E SETE REAIS E NOVE CENTAVOS).

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de dezembro de 2022.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

GOVERNADORA

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ANEXO (A) A QUE SE REFERE O ART. 1º DO DECRETO Nº35.052, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Total R\$ 32.347.027,09

ANEXO DO DECRETO Nº34.954, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRETAS

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE - DETA FONTE	TIPO	VALOR
10100002 - POLÍCIA CIVIL					850.000,00
10100002 - POLÍCIA CIVIL					850.000,00
06.181.521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE.					850.000,00
20410 - Manutenção e Funcionamento das Delegacias da Polícia Civil no Estado do Ceará.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300 - 3.00.000000	0	850.000,00
10100003 - POLÍCIA MILITAR					5.584.309,13
10100003 - POLÍCIA MILITAR					5.584.309,13
06.122.521 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE.					5.584.309,13
20261 - Manutenção e Funcionamento da Frota Veicular da Polícia Militar.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300 - 3.00.000000	0	5.584.309,13
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO					5.714.109,97
21100032 - COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS E REASSENTAMENTOS					4.621.796,32
20.606.311 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR.					4.621.796,32
10571 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as).	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300 - 3.00.000000	0	4.621.796,32
21100033 - COORDENADORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO RURAL					1.092.313,65
17.511.622 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL.					1.092.313,65
10507 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água.	05 - LITORAL NORTE	INVESTIMENTOS	300 - 3.00.000000	0	1.092.313,65
30000000 - CASA CIVIL					6.621.000,00
30100009 - COORDENADORIA DE PUBLICIDADE					6.621.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					2.500.000,00
11271 - Criação, Produção, Veiculação das Ações Governamentais.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	2.500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					500.000,00
11274 - Apoio às Ações Governamentais na Área de Educação.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					500.000,00
11275 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Segurança.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					500.000,00
11277 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Infraestrutura.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					500.000,00
11284 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Convivência Social do Governo do Ceará.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					121.000,00
11286 - Apoio às Ações Governamentais na Área do Turismo.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	121.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					500.000,00
11288 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Cultura.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					500.000,00
11294 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Saúde.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	500.000,00
04.131.256 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.					1.000.000,00
11295 - Suporte para Programação Visual de Obras.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301 - 3.01.000000	0	1.000.000,00
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS					1.861.650,00
47100001 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO					430.000,00
08.122.211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					430.000,00
11478 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SPS.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	300 - 3.00.000000	0	430.000,00
47100003 - OCUPAÇÃO, TRABALHO E RENDA					1.050.000,00



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE - DETA FONTE	TIPO	VALOR
11.334.361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO. 11222 - Inserção do Artesão na Geração de Renda.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300 - 3.00.000000	0	300.000,00
11.334.361 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO. 11247 - Inovação e Aprimoramento da Produção Artesanal.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300 - 3.00.000000	0	750.000,00
47100011 - COORDENADORIA DA CIDADANIA 14.422.133 - PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA. 15452 - Prestação de serviços de proteção provisória e assistência integral a pessoas em situação de ameaça de morte.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101 - 1.01.000000	0	381.650,00

**ANEXO DO DECRETO Nº34.954, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022  
ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS**

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE - DETA FONTE	TIPO	VALOR
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE 24200844 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO NORTE 10.302.631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO. 20082 - Manutenção do Hospital Regional Norte executado por meio de Contrato de Gestão.	11 - SERTÃO DE SOBRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101 - 1.01.000000	0	5.059.604,09
10.302.631 - ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO. 20158 - Incentivo à Oferta de Serviços dos Hospitais Polo.	11 - SERTÃO DE SOBRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101 - 1.01.000000	0	6.656.353,90

**ANEXO DO DECRETO Nº34.954, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022  
ANEXO III - ANULAÇÃO DAS INDIRETAS**

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE - DETA FONTE	TIPO	VALOR
46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV 46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV 09.272.213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20045 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ensino Básico - Folha Normal.	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101 - 1.01.000000	0	381.650,00
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	300 - 3.00.000000	0	13.628.419,10
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	301 - 3.01.000000	0	6.621.000,00
09.272.213 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20048 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Normal.	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101 - 1.01.000000	0	11.715.957,99

\*\*\* \*\*

**DECRETO Nº 35.053**, de 16 de dezembro de 2022.

**DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DO ANEXO III DO DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº35.037, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 88, da Constituição Estadual, combinado com os incisos I, II, III e IV do § 1º, do art.43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, do art. 7º da Lei Estadual nº 17.860, de 30 de dezembro de 2021 – LOA 2022 e da Lei Estadual nº 17.573, de 26 de julho de 2021 – LDO 2022. CONSIDERANDO a necessidade de ajustar o orçamento do Decreto Estadual nº 35.037, de 09 de dezembro de 2022 (DOE nº 245 de 09 de dezembro de 2022), tendo em vista que, no atendimento da solicitação do Tribunal de Justiça do Estado - TJ, ocorreu um erro do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará – SIAFE, em que a ação de redução, incluída corretamente no decreto, foi substituída, no momento da contabilização, por uma ação diferente. Ao ser detectado o erro, suprimiu-se do decreto a referida solicitação, o que explica a redução do seu valor original, que passou de R\$ 507.912.511,34 para 507.882.511,34. DECRETA:

Art. 1º – Os Anexos I, II, III e IV do Decreto Estadual nº 35.037, de 09 de dezembro de 2022 (DOE nº 245 de 09 de dezembro de 2022), que tratam das suplementações e anulações do referido documento, passam a vigorar na forma do Anexo (A) deste decreto, com valor total alterado para R\$ 507.882.511,34 (QUINHENTOS E SETE MILHÕES, OITOCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E ONZE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 09 de dezembro de 2022.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de dezembro de 2022.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

GOVERNADORA

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ANEXO (A) A QUE SE REFERE O ART. 1º DO DECRETO Nº35.053 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Total R\$ 507.882.511,34

**ANEXO DO DECRETO Nº35.037, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2022  
ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRETAS**

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE - DETA FONTE	TIPO	VALOR
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 01100002 - SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA 01.122.211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 11512 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - AL.	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	100 - 1.00.000000	0	146.088,33
01.122.211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 20632 - Manutenção dos Serviços Administrativos - AL.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100 - 1.00.000000	0	829.014,95
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101 - 1.01.000000	0	10.399.953,18
01.122.211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 20942 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - AL.	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100 - 1.00.000000	0	3.700.255,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101 - 1.01.000000	0	9.117.463,68
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101 - 1.01.000000	0	982.583,14
01.126.211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 20855 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - AL.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100 - 1.00.000000	0	640.885,18
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO 02100001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO 01.032.211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 20934 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - TCE.	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100 - 1.00.000000	0	6.803.620,06

